

# O BRASIL E A URSS NA GUERRA FRIA: A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE NA IMPRENSA GAÚCHA

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na guerra fria**: a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

GERSON WASEN FRAGA

---

Doutor em História pela UFRGS,  
Professor da UFFS (Erechim)

[gwfraga@terra.com.br](mailto:gwfraga@terra.com.br)



Gerson Wasen Fraga

Em princípios da década de 60 (século XX), a política brasileira – tanto interna quanto externamente – refletia as questões oriundas do desenvolvimento econômico e da inserção do País no contexto da guerra fria. Com efeito, o crescimento industrial e a gradual transformação de seu caráter de rural em urbano desde a década de 30 engendraram uma classe trabalhadora que, depois do ocaso do Estado Novo (1937-45), seria alvo da ação de movimentos e partidos políticos de matizes diversos, entre os quais o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este criado no esteio do governo Vargas e com uma clara política de cooptação dos sindicatos e da classe trabalhadora. No período das conturbações próprias do pós-guerra, tais políticas poderiam ser facilmente capitalizadas por certo histrionismo anticomunista que se mostrava pródigo em perceber ameaças à civilização capitalista, cristã e ocidental.

Foi nesse cenário que, em fins de 1961, o governo brasileiro, então sob a batuta do trabalhista João Goulart, promoveu o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947. A medida logo tomou uma dimensão polêmica, suscitando desde acusações de aproximação com o regime soviético – e um conseqüente afastamento da influência política estadunidense – até expressões de defesa que encaravam o ato com naturalidade, uma vez que a pátria de Tolstoi não somente era membra da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também poderia apresentar-se como uma interessante parceira comercial. A discussão logo ultrapassaria os muros dos feudos políticos, ocupando espaço nas páginas dos principais jornais do Brasil. No fundo, colocava-se em xeque toda a concepção de Relações Internacionais que norteava o governo João Goulart e que ficaria conhecida como Política Externa Independente ou, simplesmente, PEI.

Esse é o assunto de “O Brasil e a URSS na guerra fria: a política externa independente na imprensa gaúcha”, de Charles Sidarta Machado Domingos<sup>65</sup> Na obra, o autor dedica-se a analisar a forma com que o jornal Correio do Povo – o mais importante diário gaúcho da época e dono

---

<sup>65</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na guerra fria: a política externa independente na imprensa gaúcha**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

de uma certa aura de imparcialidade<sup>66</sup> – apresentou a aproximação entre os dois países. Sem manifestar-se “oficialmente” por meio de textos editoriais, o periódico operava uma criteriosa seleção dos atores sociais aos quais daria voz, evitando uma tomada ostensiva de posição (o que se mostrava de acordo com sua fama de jornal isento em questões políticas), não significando isso a tomada de uma postura neutra em tal debate.

Adequando-nos à conceituação estabelecida por Norberto Bobbio, percebe-se os grandes jornais como “locais de poder”<sup>67</sup>, espaço em que as personalidades de maior visibilidade política e(ou) intelectual emitem suas opiniões, avalizadas pelo poder da palavra escrita e pela ampla disseminação na população. Ao mesmo tempo, os jornais, segundo Maria Helena Capelato (1988, p. 15), possuem como meta “[...] conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.” Aqui reside uma das grandes virtudes do trabalho de Charles Domingos: com efeito, a escolha de uma temática polêmica em seu tempo nos aponta dois importantes caminhos ao pensarmos a imprensa enquanto fonte histórica. Inicialmente, a aproximação diplomática entre Brasil e União Soviética não foi percebida de forma unânime pela grande imprensa escrita brasileira. De um lado, jornais, como O Globo e O Estado de S. Paulo, mostravam-se claramente contrários a tal aproximação, temerosos de que uma infiltração comunista viesse a desestabilizar o cenário político brasileiro. Contudo, outros periódicos igualmente expressivos como o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã, defendiam o reatamento, não vendo nele algo que pusesse em risco o status quo nacional (DOMINGOS, 2010, p. 187). Desfaz-se assim a leitura fácil que atribui à grande imprensa a condição de um bloco monolítico a defender invariavelmente um único posicionamento diante dos acontecimentos políticos, sem que sejam permitidas discordâncias de qualquer espécie. Ao mesmo tempo, ao se deslocar do eixo Rio–São Paulo e privilegiar outro cenário, temos

<sup>66</sup> Durante muitos anos, foi corrente certo jargão no jornalismo gaúcho: “Se o Correio deu, então é verdade”. Ver, a título de exemplo, a entrevista concedida por Érico Veríssimo, nos 80 anos do jornal e publicada anos depois em: DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1997, p. 95.

<sup>67</sup> Tal conceito é apresentado em: BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

Gerson Wasen Fraga

uma nova perspectiva acerca dos posicionamentos tomados por grupos dirigentes nacionais localizados fora da Região Sudeste quanto à PEI do governo João Goulart.

Em segundo lugar, a forma empreendida na análise da fonte-jornal permite-nos vislumbrar uma das formas com que a prática jornalística opera na construção dos consensos. Com efeito, a análise dos agentes sociais escolhidos pelo Correio do Povo para expressar sua opinião a respeito do reatamento diplomático com a União Soviética restou longe de poder ser caracterizada como uma prática que se coadunasse com sua decantada neutralidade política. Ao ignorar a existência de uma expressiva bancada trabalhista na Assembleia Legislativa gaúcha, ao mesmo tempo em que dava voz prioritariamente aos opositores da PEI de João Goulart (tais como Dom Vicente Scherer, que não hesitava em lembrar-se do “aniversário” do Levante Comunista de 1935 e dos perigos que tal regime poderia representar para o País, estabelecendo assim uma associação de forte carga negativa com o reatamento entre brasileiros e soviéticos), operava-se a fabricação de uma consensualidade que, ao ser expressa nas páginas de um jornal, que então gozava de grande credibilidade, poderia ser apresentada como o ponto de vista dotado de maior legitimidade política nesse momento histórico. Longe de ser uma construção carregada de reflexões desapaixonadas (e nem poderíamos esperar tal postura de uma empresa jornalística inserida em uma economia de mercado), o conjunto majoritário das opiniões coletado pelo jornal se insere em sua própria posição em relação ao governo trabalhista de Goulart: uma continuidade da política janista, manchada pelo processo da inesperada renúncia deste presidente, e remetia, em última instância, ao período populista de Vargas no comando da República (1951-1954). Logo, porém, tal relação entre governos diversos passou a ser deixada em segundo plano, diante da atribuição pura e simples à figura de João Goulart de todos os males que afligiam a nação.

A análise do reatamento das relações Brasil-URSS por meio da imprensa permite ao autor apresentar, assim, através da janela aberta pelas páginas do Correio do Povo, o posicionamento dos diversos setores políticos brasileiros que, espelhando o que ocorria com a grande imprensa, não se apresentavam com uma opinião homogênea. Se tais

posicionamentos poderiam ser utilizados pelo jornal analisado, a fim de justificar sua fama de apartidário, refletem ainda a forma complexa que as reações políticas tomam diante da então nova orientação diplomática – o que inclui o próprio Exército Brasileiro – nesse período que ficaria conhecido sob a alcunha do populismo (DOMINGOS, 2010, p. 159).

Tal conceito, por sinal, é rechaçado por Domingos em sua análise, ao referir-se ao recorte temporal que se estende aos 20 anos que precederam o golpe civil-militar de 1964. Em seu lugar, o autor opta pela utilização do conceito de “nacionalismo”, uma vez que o primeiro provocaria um engessamento na análise do período estudado, posto que a orientação rumo a uma política externa independente se mostraria como “propulsora de desenvolvimento econômico-social” (DOMINGOS, 2010, p. 40). Ao romper com a utilização de conceitos consagrados na historiografia brasileira sobre esse período, temos uma fuga das soluções fáceis, ensejando uma releitura teórica acerca do período em análise pela proposição de uma ligação histórica abrangendo uma temporalidade mais ampla, que se estende de 1945 até 1964.

Por fim, não é demais lembrar que todo estudo dedicado à História tem um olhar que se estende ao passado, enquanto outro se debruça sobre as questões do presente. Nesse sentido, qual poderia ser o elo entre a PEI do governo João Goulart e os dias atuais, que inspiraram o autor a compor sua dissertação, ora transformada em livro? A resposta parece-nos simples, remetendo para os rumos que a política internacional brasileira tem tomado nos últimos anos. Após décadas de alinhamento incondicional, as diretrizes políticas do mundo ocidental (salvo alguns arroubos de nacionalismo dos governos militares), temos vivido um período de relativa independência diplomática, fato muito visível, por exemplo, no estabelecimento de relações amistosas com o Irã, de Ahmadinejad, com a intermediação da crise Hondurenha que destituiu o presidente Zelaya do poder, ou ainda nas diversas tensões que têm surgido na América do Sul nos últimos anos, mormente envolvendo o conservadorismo colombiano em contraposição aos governos vizinhos (Venezuela, Equador, Cuba) de caráter mais popular. Charles Domingos nos mostra que a tentativa de trilhar o caminho de uma política externa independente não se constitui em novidade em nossa História; contudo – correndo o risco



Gerson Wasen Fraga

de tomarmos a História como “mestra de vida” em um contexto diverso  
– somos lembrados de que esse não é um caminho isento de riscos

Relações Internacionais no Mundo Atual, Curitiba, n. 11, p. 197-203, 2010-1.



## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo**: história e memórias. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1997.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na guerra fria**: a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.